FICHAMENTO

Sonegados e Partilha

Por Nestor Duarte¹

14 mai. 2020

Entre os ônus do herdeiro e do inventariante está o de trazer para o inventário todos os bens cujo conhecimento tenham e que estejam em seu poder.

A ocultação deliberada desses bens, não os trazendo para o inventário, a serem partilhados, ou se se omitirem na colação, denomina-se “sonegados”.

Exigem-se, porém, o elemento objetivo da omissão e o subjetivo, que é a intenção de omitir, portanto, dolosa. Tanto podem incidir no ilícito o inventariante, que seja herdeiro ou não, pelo herdeiro ou seu cessionário, ou pelo testamenteiro que esteja na posse ou administração da herança.

Deixando de trazer a informação em tempo oportuno: o inventariante, até encerrar a descrição dos bens declarando que outros não há (CPC/2015, art. 621) e os demais no prazo de quinze dias aberto para manifestações, na forma do art. 627, inc. I, do CPC/2015. Neste último caso, caracteriza sonegação se deliberadamente declarar que não possui o bem. Esses momentos são relevantes para fixar o termo inicial do prazo prescricional de dez anos (art. 205, do CC/2002).

¹ Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1979), Doutorado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1989) e Livre-Docência em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2011). Atualmente é professor titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, orientador de teses de láurea da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Desembargador - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, professor do Centro de Extensão Universitária, professor do Instituto Nacional de Pós-graduação, professor da Escola Paulista de Direito e professor da Escola Paulista da Magistratura. Ministrou aulas na Faculdade de Direito do Instituto Presbiteriano Mackenzie (1991-1993), na Faculdade de Direito da Universidade São Judas Tadeu (1992-2002), na Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Londrina (2001-2003) e na Faculdade de Direito do Sul de Minas (2004). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil. Para este trabalho, auxiliou-me Rommel Andriotti, que é professor de Direito Privado na EPD, mestre em Direito Civil pela FADISP, mestre em Direito Processual Civil pela PUC, especialista em Direito Civil e Processo Civil pela EPD, e membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual.

O que sonegar perde o direito sobre o respectivo bem e, se for o inventariante, será removido (arts. 1.992 e 1.993, do CC/2002), mas a pena só pode ser aplicada em ação própria, a ser movida por qualquer herdeiro (não há litisconsórcio necessário) ou credor, e aproveita a todos os herdeiros, exceto ao sonegador (art. 1.995, do CC/2002). Se o bem não mais se encontrar no patrimônio do herdeiro que sonega (ex.: já alienou e não o trouxe à colação), será compelido a pagar em dinheiro.

Findo o processamento do inventário, na forma da lei processual, com o pagamento de impostos e outras dívidas, além da avaliação dos bens, se necessária, por não haver concordância da fazenda ou dos herdeiros, segue-se a partilha.

É direito do herdeiro pedir a partilha, mesmo que proibida pelo testador (art. 2.013, do CC/2002), sendo que, eventual indivisibilidade de algum bem não pode ultrapassar por sua vontade mais de cinco anos (art. 1.320, §2º, do CC/2002).

A partilha será judicial, se os herdeiros não se compuserem ou se houver incapaz e, ao realizá-la, o juiz observará a maior igualdade possível, quanto ao seu valor, natureza e qualidade (arts. 2.016 e 2.017, do CC/2002). Assim, não pode o juiz atribuir a um herdeiro só bens móveis e dinheiro e a outro só imóveis. Eventual dificuldade, pode resolver-se por sorteio, seja por decisão do juiz, seja pela vontade dos herdeiros (CC/2002, art. 817).

Sendo algum bem indivisível, não cabendo no quinhão de algum herdeiro ou na meação, determinará o juiz a alienação, repartindo-se o dinheiro, salvo se o cônjuge ou algum herdeiro por ele se interessar, repondo a diferença em dinheiro (art. 2.019, do CC/2002).

Caso haja bem de difícil ou morosa liquidação, ou litigioso, e também os sonegados, ou só descobertos depois da partilha, haverá sobrepilha (art. 2.022, do CC/2002).

Se, antes da partilha, algum herdeiro ou o cônjuge, na posse dos bens, auferirem rendimentos ou frutos, deverão trazê-los ao inventário para a partilha, descontando-se as despesas que houver feito (art. 2.020, do CC/2002).

Permite a lei que o testador indique “os bens e valores que devem compor os quinhões hereditários”, o que prevalecerá salvo se o valor não corresponder às quotas estabelecidas (art. 2.014, do CC/2002).

O ascendente pode, por negócio inter vivos ou por testamento, realizar a partilha, desde que não prejudique a legítima dos herdeiros necessários (arts. 2.018, do CC/2002). O primeiro caso, consiste em doação, mas como não se pode doar todos os bens sem reter o necessário para sobreviver, neste caso costuma-se fazer a reserva do usufruto (art. 548, do CC/2002).